



CAPSUR CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

POLÍTICA DE RATEIO E DIVISÃO DE OPORTUNIDADES

Abril/2023

Sumário

1. Objetivo e Introdução	3
2. Abrangência e Responsabilidades	3
3. Aspectos Gerais.....	4
3.1. Preço.....	6
3.1.1. Exceções.....	6
3.2. Rateio de Ordens – Crédito Privado.....	6
3.3. Rateio de Ordens – Ações	7
3.4. Rateio de Ordens – Derivativos	7
3.5. Rateio de Ordens – Cotas de Fundos.....	7
3.6. Rateio de Ordens – Ativos Ilíquidos	8
3.7. Custo das Operações.....	8
4. Transmissões de Ordens	9
5. Conflitos de Interesse.....	9
6. Vigência e Atualização	10

1. Objetivo e Introdução

A presente Política de Rateio e Divisão de Oportunidades da **Capsur Capital Gestão de Recursos Ltda.** ("Capsur Capital" ou "Gestora") tem por objetivo formalizar a metodologia e os critérios utilizados pela Gestora na alocação de ordens no âmbito da gestão das carteiras dos fundos de investimento geridos pela Gestora ("Fundos"), garantindo, assim, precisão e, sobretudo, imparcialidade a tal processo.

O estabelecimento desta Política busca controlar uma alocação justa de ordens entre as carteiras geridas pela Capsur, visando garantir que as ordens de compras e vendas de ativos financeiros emitidas em nome de tais carteiras sejam registradas e alocadas de maneira justa entre elas, por meio de grupamento das ordens, proporcionando dessa forma tratamento equânime e igualitário entre as carteiras e, em última instância, entre os investidores que possuam recursos geridos por uma gestora, notadamente se os Fundos apresentarem a mesma estratégia de investimento ou forem parte de uma "família de fundos".

Adicionalmente, a observância desta política traz benefícios aos cotistas de todos os Fundos, tendo em vista que assegura que os ganhos e prejuízos verificados na carteira de determinado Fundo decorram tão somente do exercício dos atos inerentes à gestão do respectivo Fundo, e não de manipulação e/ou equívocos de procedimentos operacionais não relacionados às decisões de investimento. A Gestora, no cumprimento de seu dever fiduciário, preza pelo cumprimento estrito de suas obrigações para com seus clientes e sempre empregará seus melhores esforços para atingir tal finalidade.

2. Abrangência e Responsabilidades

Esta política se aplica aos sócios, administradores, funcionários e todos que, de alguma forma, auxiliam o desenvolvimento das atividades da Gestora ("Colaboradores").

A Área de Compliance, Risco e PLD/FTP e a Área de Gestão são responsáveis pela atualização das informações necessárias para a manutenção dos controles relativos aos critérios preestabelecidos nesta Política, cujas diretrizes devem ser observadas por todos os Colaboradores envolvidos nas atividades atinentes à alocação dos ativos negociados para as carteiras sob gestão da Gestora e do controle de enquadramento dos investimentos. Não obstante a observância das diretrizes por todos os Colaboradores, a equipe de gestão é a principal responsável pelo cumprimento da presente Política.

Anualmente, o Diretor de Compliance, Risco e PLD e o Diretor de Gestão, em conjunto, deverão

realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos.

A Gestora deverá manter, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, o devido registro de todas as operações realizadas, com a justificativa da operação e preço praticado.

3. Aspectos Gerais

Nas negociações de ativos financeiros, a Gestora poderá definir antes de cada nova operação a relação de proporção a ser alocada para cada carteira sob sua gestão ou, alternativamente, poderá realizar o grupamento das ordens a serem lançadas ao mercado e posteriormente o rateio das ordens efetivamente executadas, especificando as quantidades correspondentes aos Fundos de investimento geridos de acordo com os critérios ora definidos, bem como utilizando o preço médio das negociações para cada alocação.

De modo geral, a Gestora procura agrupar ordens para a compra e venda de um mesmo valor mobiliário em nome dos Fundos. Ao final do pregão, a Área de Gestão em conjunto com a Área de Compliance, Risco e PLD/FTP realizam a alocação das operações entre os Fundos, proporcionalmente ao patrimônio líquido de cada Fundo, de maneira que todos tenham o mesmo preço médio de compra ou venda dos ativos e as despesas de corretagem sejam rateadas proporcionalmente.

Em função de particularidades aplicáveis a determinados Fundos, nos termos da regulamentação aplicável, dos regulamentos respectivos dos Fundos, essa regra geral poderá estar sujeita a exceções. Nesses casos, a exposição dos Fundos a ativos que não estejam sujeitos a restrições será incrementada.

Quaisquer exceções à regra geral de alocação dependerão de prévia e expressa anuência do Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP. A Área de Gestão deverá comunicá-lo sobre quaisquer hipóteses em que tais exceções possam ser aplicáveis.

A Gestora possui critérios equitativos para definição do preço médio. Não obstante, em algumas hipóteses, por condições alheias à vontade da Gestora, poderão ocorrer pequenas discrepâncias no preço médio, quando, por exemplo, a quantidade de ativos financeiros a ser alocada em um Fundo não comportar a participação em todos os lotes operados no pregão daquele dia, sendo necessário que a Gestora opte pela alocação dentro do lote cujo valor financeiro esteja mais próximo do preço médio das negociações.

Dessa forma, de forma geral, o rateio e a divisão de ordens serão baseados nos seguintes critérios:

- a)** Preço: as ordens serão divididas de maneira que as carteiras de valores mobiliários geridas pela Gestora tenham o preço mais próximo possível do preço médio da totalidade das ordens de todas as carteiras num mesmo dia e numa mesma corretora, para um mesmo ativo. Contudo, o critério do preço médio pode não ser aplicado quando:
- (i)** As ordens de compra e venda possuem identificação precisa do Fundo no qual elas devam ser executadas: neste caso as operações serão registradas e liquidadas pelo preço obtido no cumprimento da ordem;
 - (ii)** Os Fundos possuem serviço de custódia qualificada prestado por outra instituição: nesta situação o horário de envio das operações relativas às ordens de negociação pode ocorrer mais cedo devido ao horário estabelecido pelo custodiante. Assim sendo, o rateio poderá ser efetuado pela média dos preços verificada até o fechamento do envio das informações ao custodiante;
 - (iii)** A quantidade negociada for muito pequena: nesta situação, a alocação dos lotes pode apresentar impossibilidade matemática de alcançar o preço médio negociado ou resultar em lote fracionado (i.e. resultado, não é um número inteiro);
 - (iv)** O lote for indivisível: nesta situação não é possível realizar a divisão do lote e especificação pelo preço médio; e
 - (v)** For necessário realizar o enquadramento ativo ou passivo de um Fundo.
- b)** Alocação: o rateio de quantidades se dará proporcionalmente às quantidades originais das ordens, podendo haver alguma diferença por conta de arredondamentos face à presença de lotes mínimos.

O rateio entre os Fundos deverá considerar, ainda:

- c)** Situações específicas de clientes de Fundo exclusivos e/ou reservados;
- d)** O patrimônio líquido de cada Fundo;
- e)** As características de cada Fundo;
- f)** A captação líquida de recursos;

- g) Posição relativa do caixa de cada Fundo;
- h) Características tributárias que tenham relevância para os Fundos; e
- i) Posição de risco de um Fundo.

3.1. Preço

Relativamente aos preços praticados, as operações devem ser realizadas em mercado organizado, dentro dos parâmetros de preço praticados pelo mercado, quais sejam, preço dentro da taxa de oferta de compra e venda por corretoras de valores, preço divulgado por fontes oficiais (ANBIMA, por exemplo), ou preço definido pelo administrador fiduciário, conforme metodologia de precificação de ativos própria.

A equipe de gestão de investimentos, sob a responsabilidade do Diretor de Gestão, deverá fazer o controle e monitoramento contínuo das ordens e dos fundos objeto de rateio, por meio dos sistemas contratados bem como, em planilhas proprietárias.

3.1.1. Exceções

Por outro lado, o rateio de ordens somente não se realizará pelo preço médio e conforme as condições elencadas no tópico acima, nos seguintes casos:

- a) a quantidade negociada for ínfima e/ou o lote seja indivisível gerando uma impossibilidade matemática de se chegar ao preço médio e a proporcionalidade correta;
- b) for necessário realizar um enquadramento das carteiras; ou
- c) houver alguma restrição específica de cada carteira como disponibilidade de caixa ou de limites de risco; ou a ordem for previamente especificada para uma carteira.

3.2. Rateio de Ordens – Crédito Privado

Nas negociações de ativos financeiros considerados de crédito privado, as ordens serão emitidas em blocos e rateadas pela proporcionalidade do patrimônio líquido de cada Fundo, respeitando a adequação aos indicadores de risco estabelecidos para risco de crédito ou prazo de vencimento aceitável, conforme as disposições do regulamento ou mandato de cada Fundo.

Todas as ordens para os Fundos deverão estar dentro do intervalo de preço verificado para o ativo financeiro em questão no dia da negociação. Esse intervalo de preço é monitorado pela Área de Compliance, Risco e PLD/FTP da Gestora.

Na eventualidade de configuração de potencial conflito de interesses entre os Fundos, a área de Gestão de Riscos deverá consultar a Área de Compliance, Risco e PLD/FTP da Gestora antes de realizar a negociação do ativo financeiro.

3.3. Rateio de Ordens – Ações

As ações que comporão o portfólio dos clientes e dos Fundos são escolhidas pelo Diretor de Gestão. A estratégia de proporção de alocação é definida com antecedência. O Diretor de Gestão determina o tamanho das alocações em ações com base em dois critérios principais: **(a)** de acordo com análises fundamentalistas e econômicas, sempre considerando o preço corrente das ações; e **(b)** estratégia e perfil de cada um dos clientes.

3.4. Rateio de Ordens – Derivativos

Estratégias envolvendo derivativos estão, na maioria dos casos, fundamentalmente relacionadas à proteção de patrimônio (*hedging*) e, portanto, são customizadas de acordo com a estratégia e perfil de cada um dos Fundos.

3.5. Rateio de Ordens – Cotas de Fundos

Os Fundos que vierem a investir preponderantemente em outros fundos de investimento são geridos conforme suas políticas específicas. As ordens de compra e venda de fundos são realizadas com relação a cada um deles. As operações são especificadas por Fundo e/ou carteira em vista de seu perfil de aquisição, cronograma financeiro, e programação de liquidez.

Ordinariamente, as oportunidades dentro de uma mesma oferta serão alocadas de forma proporcional entre os Fundos. Do mesmo modo, as oportunidades serão oferecidas a clientes específicos de forma simultânea e de acordo com a estratégia dos produtos que tais clientes possuem.

3.6. Rateio de Ordens – Ativos Ilíquidos

Dada a realidade de gestão dos ativos ilíquidos, a Gestora realiza, para cada situação, operações com ativos específicos e customizados.

Desta forma, nas negociações de ativos financeiros ilíquidos, a Gestora não realiza o agrupamento das ordens a serem lançadas ao mercado, na medida em que as ordens efetivamente executadas pelos fundos geridos são lançadas individualmente por Fundo.

Com isso, em nenhum caso a alocação de ordens será com base em quaisquer taxas, performance ou considerações diferentes dos interesses dos Fundos, não sendo permitida, em qualquer situação, a obtenção de vantagem de determinado Fundo em detrimento de outro, decorrente de uma divisão de ordens realizada deliberadamente de forma não equânime.

Nos casos de investimentos em ativos financeiros para fins de gestão de caixa dos Fundos mencionados no parágrafo acima, também não se faz necessária a adoção de regras e princípios para fins de registro e alocação de ativos de maneira justa entre os Fundos, tendo em vista **(i)** que, nestas hipóteses, a Gestora realiza tais investimentos apenas em ativos de renda fixa com liquidez diária ou períodos curtos de resgate, que visam a atender ao horizonte de capital dos fundos de investimento, e **(ii)** a improbabilidade da aquisição de tais ativos para diferentes fundos de investimento ocorrer de forma simultânea, tendo em vista que cada fundo de investimento sob gestão da Gestora possui fluxos distintos, atrelados aos investimentos detidos por cada um.

3.7. Custo das Operações

Ademais, caso alguma ordem de compra ou venda transmitida pela Gestora, referente a um único ativo, venha a se relacionar a mais de uma carteira sob gestão, a Gestora deverá, após a execução das ordens transmitidas, também realizar o rateio dos custos envolvidos nas transações de forma proporcional (em quantidade e valor) em relação a cada uma das respectivas carteiras de valores mobiliários, de forma a não permitir o aferimento de qualquer vantagem por uma ou mais carteiras em detrimento de outras.

O Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP revisará o relatório de comissões pagas aos respectivos intermediários trimestralmente.

4. Transmissões de Ordens

A Gestora poderá requisitar a uma corretora ou distribuidora de valores mobiliários que negocie ou registre determinada operação de compra ou venda de ativo para uma ou mais carteiras sob gestão nas condições que venham a ser especificadas pela Gestora.

As ordens serão transmitidas principalmente via meios eletrônicos (e-mail, Skype, Bloomberg, fac-símile, carta, Messengers, Whatsapp, sistemas eletrônicos de ordens etc.) ou ainda verbalmente, por telefone ou transmitidas por escrito, sendo que, independentemente da forma de transmissão, todas as ordens devem ser confirmadas por e-mail (call-back) e serão gravadas e arquivadas pela Gestora.

5. Conflitos de Interesse

A Gestora salienta que não faz parte de Conglomerado ou Grupo Econômico Financeiro, razão pela qual não há que se falar em conflito de interesses em operação tendo com contraparte instituição do Conglomerado ou Grupo Econômico.

Por outro lado, a Gestora poderá realizar operações diretas entre os diversos fundos sob gestão, desde que assim permitido em seus respectivos regulamentos. Poderá eventualmente realizar operações entre fundos de investimento sob sua gestão, sendo que, para que a operação possa acontecer, ao menos um dos seguintes requisitos deve ser atendido pela contraparte que atue na ponta vendedora para assegurar que a situação não seja configurada como conflito de interesse:

- a)** A contraparte esteja desenquadrada por questões legais ou regulatórias, ou em relação ao seu regulamento ou diretrizes internas; ou
- b)** A decisão de venda do ativo esteja embasada pela estratégia de investimento da carteira, formalizada em ata de Comitê de Investimentos.

Além dos requisitos elencados para a ponta vendedora, a contraparte que atue na ponta compradora somente poderá adquirir ativos que estejam de acordo com a estratégia de investimento da carteira, formalizada em ata de Comitê de Investimentos.

Toda e qualquer negociação de ativos entre carteiras de valores mobiliários geridas pela Gestora somente pode ocorrer após a informação ao Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP, que se dará por e-mail, incluindo o nome do ativo, a quantidade, o tipo da operação e os requisitos que

são atendidos pelas contrapartes. As operações somente podem ser realizadas após esse informe.

Ainda, também neste caso, as operações devem ser realizadas em mercado organizado, dentro dos parâmetros de preço praticados pelo mercado, quais sejam, preço dentro da taxa de oferta de compra e venda por corretoras de valores, preço divulgado por fontes oficiais (ANBIMA, por exemplo), ou preço definido pelo administrador fiduciário, conforme metodologia de precificação de ativos própria.

As negociações não poderão dar rentabilidade desproporcional a um veículo de investimento em detrimento de outro. Ademais, em caso de desenquadramento, o preço praticado não poderá ser inferior ao valor mínimo em que o fundo se reenquadraria.

6. Vigência e Atualização

A presente Política será revisada, no mínimo, a cada **2 anos** ou caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo.

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsável
Julho de 2020	1 ^a	Diretor de Gestão e Diretor de <i>Compliance</i> , Risco e PLD/FTP.
Abril de 2023	2 ^a e atual	Diretor de Gestão e Diretor de <i>Compliance</i> , Risco e PLD/FTP.